

6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS DIRETORES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS:

Da **Sra Vereadora da Área da Educação**, submetendo à consideração do Executivo a delegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas, nos termos contantes da proposta que se anexa.

À Executiva Municipal
+ - o Mayor
03 Abril 2018

I/7967/2018

PROPOSTA A EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS DIRETORES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

No âmbito das competências atribuídas ao poder local em matéria de educação pelo Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, entre o Ministério da Educação e o Município de Braga foi celebrado o Contrato n.º 242/2009, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 156, de 13 de agosto de 2009.

Este Contrato define as condições de transferência para o Município de Braga das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do mencionado Decreto-Lei n.º 144/2008, designadamente nos seguintes domínios: pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico e gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

No que se refere ao pessoal não docente, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua atual redação, a Câmara Municipal passou a exercer as competências de recrutamento, afetação, colocação, remuneração, homologação da avaliação do desempenho, poder disciplinar para aplicação de pena superior a multa e decisão de recursos hierárquicos.

Considerando que:

- 1) As competências referidas podem ser objeto de delegação nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas, nos termos do n.º 4 do decreto-lei n.º 144/2008;
- 2) Este município pretende, juntamente com a comunidade educativa, contribuir para um serviço de excelência e de qualidade das atividades educativas, que responde com celeridade às necessidades e situações que lhes são colocadas;
- 3) O pessoal não docente constitui um capital humano de importância fundamental para o bom funcionamento das escolas.

Propõe-se que sejam delegadas nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas Alberto Sampaio, André Soares, Braga Oeste, Carlos Amarante, Celeirós, D. Maria II, Dr. Francisco Sanches, Maximinos, Mosteiro e Cávado, Real, Sá de Miranda e Trigal de Santa Maria, as seguintes competências:

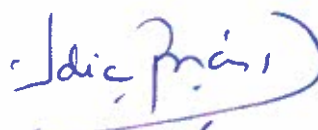
- a) Afetação do pessoal não docente dentro do respetivo agrupamento de escolas, de modo a adequar a distribuição deste pessoal às especificidades do agrupamento, sem prejuízo da aplicação da Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro;
- b) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões respeitantes a férias, incluindo autorização para acumulação das mesmas, com respeito pelo interesse do serviço;
- c) Deferir ou indeferir o estatuto de trabalhador-estudante;
- d) Homologação da avaliação do desempenho;
- e) Instaurar processos disciplinares;
- f) Justificar ou injustificar faltas, à exceção das situações referentes a Juntas Médicas da ADSE ou da CGA, acidentes de trabalho e doenças profissionais;

Mais se informa que, por deliberação do órgão executivo de 11/11/2013 e de 15/02/2016, foram delegadas estas mesmas competências nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas.

Face ao exposto coloca-se à consideração do executivo municipal a aprovação da delegação das competências mencionadas, com efeitos retroativos ao início do novo mandato do executivo municipal.

Município de Braga, 3 de abril de 2018

A Vereadora da Educação


Lidia Dias, (Dra.)